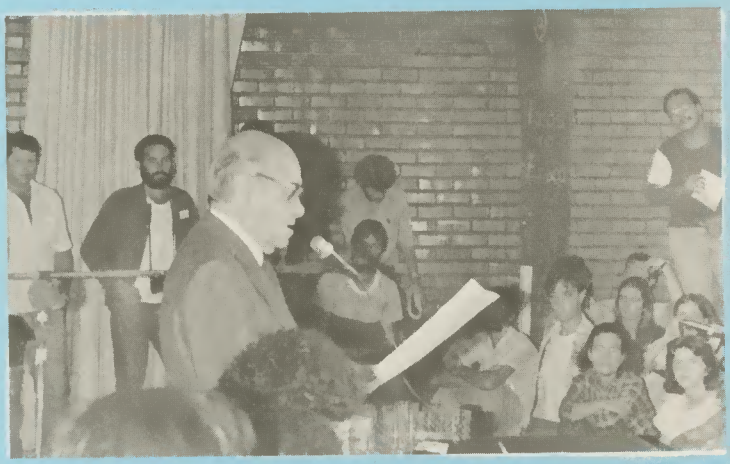
novos caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte

DEZEMBRO/84

nº 5



Novos caminhos com Tancredo?

Apresentação

O caderno "Novos Caminhos" vem buscando registrar momentos considerados histórica e politicamente importantes para o movimento docente, como foi o caso do último número que abordou a greve de 84.

Hoje, publicamos o registro integral do encontro mantido entre o movimento docente, representado pela ANDES e AD's, com o candidato à Presidência da República Sr. Tancredo Neves.

Este encontro não significa apoio explícito nem implícito ao candidato, como deliberado por nossa assembléia e pelo X CONAD, mas faz parte de nossa luta em defesa da Educação e particularmente da Universidade Pública e Gratuita.

Pela primeira vez, na história de nosso movimento, mantivemos um contato público com alguém que aspira à Presidência da República, buscando evidenciar compromissos, saber dele sobre certos aspectos, como verbas para o ensino e pesquisa, a expansão de vagas na rede pública de ensino, escolha de dirigentes, salários de professores e funcionários, enfim os principais problemas que nos afligem hoje.

Temos aqui suas idéias e seus compromissos; amanhã a história dirá o grau de aproximação ou distanciamento entre o discurso e a ação.

A DIRETORIA

EXPEDIENTE

NOVOS CAMINHOS

Nº 5 - dezembro de 84
Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH
Av. Álvares Cabral, 211 - sala 1502 - telefone: 201.9470

DIRETORIA
Luiz Pompeu de Campos - Presidente
Rodolfo Braga Almeida - 1º Vice-Presidente
Matildes Osória Rodrigues - 2º Vice-Presidente
Nilcéia Moraleida Gomes - 1º Secretário
Lucília Regina de Souza Machado - 2º Secretário
Evanise Miranda de Novais - 1º Tesoureiro
Eduardo Nohme Cardoso - 2º Tesoureiro

SUPLENTES
Maria Cristina Magro
Eliane Novato Silva

EDIÇÃO
Márcio Godinho - SJPMG 1866

FOTOS
Ana Maria Soares

DATILOGRAFIA
Selma G. Oliveira

FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
SEGRAC, Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária
Rua Aquiles Lobo, 531 - Floresta
Fone: (031) 222-8800

ADUnB

A ADUnB sente-se satisfeita em receber o candidato à Presidência da República, Dr. Tancredo Neves, para debater os rumos da universidade brasileira. Sente-se satisfeita em receber a diretoria da ANDES, as delegações das AD's do País inteiro, os professores, alunos e funcionários da UnB e demais entidades e os convidados especiais. A todos apresentamos nossas boas vindas e desejamos que o debate seja frutífero.

Não deixa de ser significativo que o local do debate seja um anfiteatro da Universidade de Brasília. Não porque a UnB esteja situada na capital da República. E, sim, pelo simbolismo que ela representa entre as universidades brasileiras.

Concebida segundo uma estrutura que visava uma maior autonomia universitária, que se apresentasse livre dos vícios paralisantes do burocratismo estéril que o sistema do funcionalismo público gera, a UnB estava destinada a ser o marco de uma nova era no ensino superior brasileiro, que deveria primar por possibilitar as manifestações da liberdade criadora, da consciência crítica e do serviço às causas nacionais e populares.

Sem contar ainda com um aparato institucional sólido, que permitisse a vinculação da vontade da comunidade acadêmica no projeto universitário, a UnB terminou por sucumbir às forças da centralização interna e aos golpes assestados à vontade democrática, a partir de 64.

O projeto de uma universidade autônoma, livre, voltada para os interesses básicos da comunidade, foi desmantelado, não só na UnB, mas em todas as universidades brasileiras.

Ela, que deveria prenunciar os novos tempos, foi transformada no locus vivo do autoritarismo, do elitismo e do modelo empresarial.

Senhor candidato, a UnB é o microcosmo da universidade brasileira. Nela se refletem, com intensidade ímpar, as profundas contradições da universidade e sociedade brasileira.

Ela, à revelia dos ingentes esforços dos movimentos docente, discente e de funcionários, foi alijada de suas precípuas funções de produzir conhecimento, formar recursos humanos e servir ao conjunto da população, de cujos recursos depende para se manter, voltando-se para os interesses das minorias encasteladas no poder.

Somente há um ano conquistamos o direito de ter um pequeno espaço de participação na escolha dos nossos dirigentes e, mesmo assim,

através de uma via indireta - aqui também funcionam os colégios eleitorais, com os mesmos vícios dos outros colégios que conhecemos.

Ainda hoje estamos lutando por questões tão básicas e elementares como o fim da intervenção na universidade, que já dura mais de uma década.

Mesmo sufocados por uma estrutura autoritária e integrantes de uma unidade da federação - O DF - sem representação política, levantamos firmemente a voz pelas eleições diretas, condição indispensável para a estruturação de uma democracia estável. Ousamos levantar nossa voz enquanto cidadãos e enquanto mestres de gerações de jovens, pelas eleições diretas e contra a decretação das medidas de emergência no Distrito Federal.

Fomos, por isso, duramente castigados.

Vossa Excelência, senhor candidato, poderá não ter notado alguns dizeres pintados a tinta no asfalto das vias de acesso à universidade. Embora discretos, representam muito para nós, professores e alunos.

Indicam os locais em que foi instalado o brutal cerco policial-militar, há menos de sete meses atrás, durante as emergências para a votação da Dante de Oliveira.

A Universidade de Brasília sofreu repetidas invasões de contingentes militares armados, não sem o consentimento daqueles que deveriam zelar pela integridade do seu espaço físico e social.

Professores foram ameaçados com armas, alunos encurralados no restaurante e espaços foram invadidos.

Estas tornaram-se formas corriqueiras de se "administrar" a universidade nas últimas décadas.

Desta refrega até hoje mantemos as cicatrizes.

Colegas nossos, professores e alunos, estão sendo processados com base na lei de segurança nacional, pagando por um crime que é o direito de ter sua voz ouvida e respeitada.

Mesmo diante dessa repressão toda, resistimos e avançamos. Nossa universidade, como a universidade brasileira, está numa encruzilhada de transformação.

Precisamos superar os anos negros que levaram a universidade pública ao ponto de sua quase destruição.

Cabe a nós e a toda a sociedade discutir e repensar os novos rumos para a universidade pública brasileira.

A tarefa é urgente e inadiável.

Estamos conscientes de que não atingiremos maior grau de de

mocratização interna se esta não vier amparada pelo constante avanço do processo de democratização ao nível de toda a sociedade.

A universidade não é uma ilha.

Mas não esperamos que, primeiro, a sociedade se transforme para que a universidade siga a mesma trilha.

Entendemos que a universidade tem um papel a exercer na mudança desta sociedade.

A democratização interna, a democratização do acesso à universidade, a destinação das energias da universidade à busca de soluções para os problemas básicos da sociedade, a melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão, todas essas metas que almejamos não terão base de sustentação e apoio se a democratização do conjunto da sociedade não vier a ocorrer; se a população do Distrito Federal não tiver o direito de se fazer representar e gerir autônoma e politicamente seu próprio destino.

Senhor candidato, à sua nova república deve corresponder uma nova universidade!

O intuito do debate que ora se seguirá é criar condições para que sejam aprofundados os problemas e as propostas para a universidade brasileira do final da década oitenta.

O movimento docente tem muito a dizer sobre a universidade brasileira e seus rumos.

Por outro lado, queremos ouvir as propostas do eminente candidato e virtual Presidente da República, Dr. Tancredo Neves.

Declaro aberta esta sessão e tenho a satisfação de passar a coordenação dos debates à Presidente da ANDES.

Muito Obrigado.

Francisco Ibanez

Presidente da ADUnB

CBE

Pela terceira vez reúnem-se educadores e educandos de todo o país em mais uma Conferência Brasileira de Educação. Realizadas bianualmente desde 1980 as CBEs têm se transformado no principal evento educacional do país. As discussões que nelas têm tido lugar e as sugestões delas decorrentes têm ecoado em todas as frentes. A cada reunião crescem e se diversificam as atividades propostas por educadores de todo o Brasil. Seus participantes contam-se hoje aos milhares.

A III^{a} CBE tem lugar num momento da vida nacional em que governos eleitos pelo povo lograram estabelecer-se a nível estadual e municipal e em que se acena com a possível renovação de dirigentes e de orientação na gestão pública a nível federal, com a revisão da ordem institucional e com a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte. Os movimentos sociais e a mobilização cívico-política mostram hoje renovado vigor na luta pela redemocratização. Ao mesmo tempo, porém, preocupa a todos a caótica situação econômico-financeira do país bem como o seu submetimento aos ditames do FMI e da banca internacional. Os educadores brasileiros estão conscientes tanto das possibilidades abertas pelo momento político quanto da gravidade dos problemas com que se debate a nação, de suas implicações educacionais e da responsabilidade social que o momento lhes impõe.

Ampliadas as possibilidades de participação dos profissionais da educação na gestão do setor educacional eles assumem sua responsabilidade com consciência de que a política educacional deve articular-se às demais políticas sociais, visando atender globalmente às necessidades mais imediatas da população. Eles a assumem corajosa e honestamente propondo orientações para a ação sem abrir mão da crítica que deve acompanhá-las. É motivo de alegria para todos poder constatar que em diversas Secretarias de Educação estaduais e municipais vêm sendo colocadas em prática formas de democratização das decisões dentro do aparelho administrativo, com correlato movimento no sentido de re-ordenar o sistema de ensino a partir das bases. A democratização da educação não passa apenas pela ampliação quantitativa das oportunidades de acesso e permanência na escola e pela sua eficiência na transmissão de conhecimentos. Ela diz igualmente respeito à administração global do sistema e à vida da escola em particular. Os educadores aqui reunidos ao mesmo tempo em que aplaudem as administrações que estão promovendo uma efetiva democra

tização do setor educacional repudiam outras que, mantendo ou fazendo ressurgir práticas clientelísticas anacrônicas e anti-democráticas, conduzem à interferência político-partidária nas escolas e à atribuição de responsabilidades decisórias a pessoas estranhas ao meio educacional . Esta prática repete o triste espetáculo de formação de quadros através do próprio exercício de cargos, que condena setores importantes da política e da prática educacionais a caminhar pelos labirintos do ensaio e do erro.

À democratização política deve corresponder a democratização da educação nos termos em que ela é entendida nos anos 80:enquanto participação dos professores, pais, alunos, profissionais da educação, forças organizadas da sociedade e membros da comunidade a todos os níveis de decisão; enquanto resgate de experiências historicamente valiosas , não para repeti-las mas assumindo-as como patamar a partir do qual possamos propor novas formas de ação, novos métodos e novas políticas; enquanto recuperação dos movimentos e orientações que lograram sobreviver à hecatombe das reformas e à ação avassaladora dos fragmentados projetos federais de grande porte e de escusos interesses no setor educacional; enquanto rejeição de todas as formas de segmentação do sistema , mesmo quando justificadas com argumentos aparentemente progressistas , seja em nome da "cultura de classe" ou dos ideais de regionalização do ensino. É parte do senso comum que o setor educacional espelha tanto as desigualdades regionais quanto a estrutura de classes. E se é consensual a idéia de que ele deve adequar-se às realidades locais e ao grupos humanos que nele se inserem de tal idéia não deriva nenhuma justificativa para a diversificação e fragmentação do sistema que nele introduza a hierarquização das escolas e oficialize a desigualdade qualitativa na oferta das oportunidades de educação.

A simples conquista de administrações estaduais e municipais não assegura uma política educacional compatível com o nível de conhecimentos acumulados no setor da educação nem com as demandas de democratização na área educacional. É preciso também que as Secretarias de Educação conquistem progressivamente maior autonomia no que concerne à utilização de verbas que por direito lhes pertencem; que se arranque do governo federal uma reforma tributária que possibilite uma real descentralização administrativa e um radical repensar das relações inter-governamentais; que se coloque em prática a Emenda João Calmon à Constituição, permitindo ampliar e recuperar o ensino de 1º grau sem prejuízo do desenvolvimento dos demais níveis. É preciso também que se assegure a renovação dos Conselhos estaduais e federal de educação através da desig-

nação de educadores reconhecidos pela comunidade graças ao seu conhecimento da área e seu comprometimento com o ensino público; que os recursos públicos sejam fundamentalmente destinados à rede pública, com a moralização e reorientação da aplicação dos fundos provenientes do salário-educação; que passe por profunda revisão a sistemática de formulação de políticas, programas e projetos, evitando-se que o seu motor seja quer a sobrevivência de máquinas administrativas centralizadas e ineficazes, quer o atendimento de interesses particularistas de grupos econômicos ou a tentativa de manipulação das massas. Finalmente, faz-se mister que a comunidade educacional envide esforços por conhecer e controlar acordos e contratos dos governos com agências financiadoras internacionais ou de cooperação bilateral, de modo a evitar que estes sirvam a interesses externos e que condicionem a solução dos nossos problemas a uma assistência técnica nem sempre de boa qualidade e estranha à nossa realidade.

O ensino de 1º grau deverá ser o setor a merecer maior atenção na política educacional brasileira da segunda metade dos anos 80. À expansão do antigo ensino primário, proporcionalmente muito acelerada em relação à dos demais níveis nos anos 40 e 50, sucedeu a grande ampliação do ensino médio e superior nos anos 60 e primeira metade dos 70. Lamentavelmente a depressão global de todos os índices de expansão das oportunidades educacionais que marca os últimos 10 anos de nossa história educacional atingiu de forma dramática as primeiras quatro séries do ensino do 1º grau, que têm crescido a níveis inferiores aos do crescimento populacional - o que permite antecipar o recrudescimento do analfabetismo e indicar a urgência da criação de programas especiais destinados à população adolescente. Ao lado de tais resultados quantitativos devemos chamar a atenção para a perda de qualidade da escola pública de 1º e 2º graus. Esta perda de qualidade deriva da escassez de recursos resultante do seu desvio para a alimentação do capital parasitário que se aplica no setor educacional e da municipalização do ensino de 1º grau, num período de empobrecimento dos municípios. Deriva, também, das catastróficas políticas educacionais postas em prática nas últimas décadas que conduziram à destruição dos conhecimentos didáticos e de conteúdo dos professores, através da banalização do ensino normal, em consequência da profissionalização do ensino de 2º grau e da introdução das licenciaturas curtas a nível superior, assim como da introdução inadequada de inovações didático-pedagógicas que provocaram uma crescente perda da eficiência do ensino, frequentemente disfarçada nas estatísticas pelo acionamento semi-oficializado dos mecanismos da promoção au-

tomática. Deriva, finalmente, da perda do ethos profissional pelo professor, conseqüência da desvalorização social provocada pela sua redução a mero executor de decisões a respeito das quais não pode pronunciar-se e das constantes perdas salariais que conduziram à ampliação e intensificação de sua jornada de trabalho.

Constitui responsabilidade dos educadores a defesa da escola pública, universal, gratuita e compulsória, fazendo cumprir a lei que estabelece 8 anos de escolaridade obrigatória. A escola de 1º grau precisa ser repensada e reconstruída através de um novo equacionamento dos fatores extra e intra-escolares, da reformulação curricular e pedagógica e da revisão dos processos de formação de professores.

Não é, porém, menos grave o estado em que se encontra o ensino de 2º grau. O fracasso da tentativa de profissionalização nos anos 70 deixou em seu rastro a desorganização deste nível de ensino e a perda de qualidade do setor já anteriormente profissionalizado. Faz-se mister não apenas a recuperação das escolas normais e do ensino técnico, mas também a reorganização global do ensino de 2º grau.

A defesa da democratização do ensino implica a defesa da universidade pública e gratuita, onde se mantenham padrões de excelência no ensino e na pesquisa, assegurados pela contratação de professores qualificados em tempo integral. Sabemos todos que os estabelecimentos privados, na maior parte dos casos, sobrevivem através da superexploração dos professores pagos por hora-aula e que os setores que neles apresentam elevada qualidade dependem diretamente de subsídios.

Os educadores rejeitam a versão educacional do pseudo-liberalismo que esteve por detrás da tentativa de reprodução do modelo educacional americano no nosso país e que se transformou em franca política de subsídio ao setor privado, numa degeneração comum a todos os transplantes. Queremos soluções nossas para nossos problemas. Pretendemos a revisão global da equação estabelecida nas últimas décadas entre o ensino público e o ensino privado a todos os níveis.

Sabemos que os resultados das políticas educacionais são efetivamente sentidos depois de um longo período de sua prática. Por isso mesmo, a política educacional não deve ser formulada ao sabor dos interesses políticos do momento, não pode ser resposta a apelos conjunturais nem resultados do amadorismo. Deve ser produto de ampla discussão dos mais diversos setores e segmentos da sociedade com os profissionais da educação, formulada a partir de visão ampla do conjunto da problemática educacional do país e colocada em prática com uma perspectiva de longo prazo, tendo como objetivo assegurar amplas possibilidades de

acesso à educação e à cultura para o conjunto da população.

Educadores e educandos. A III[a] CBE certamente refletirá o momento vivido pelo país em geral e pelo setor educacional em particular. Em seus simpósios, palestras, encontros e painéis - organizados de maneira a incorporar praticamente a totalidade das propostas e a assegurar o pluralismo ideológico, a representação e expressão de todos os grupos e posições presentes no debate educacional - se farão ouvir tanto as posições consensuais quanto as divergências, as ambigüidades e as contradições que caracterizam a busca de soluções para os grandes problemas nacionais. Sem se restringir a uma visão corporativista dos problemas educacionais, a III[a] CBE se apresenta a todos aqueles que se vinculam ao campo educacional como um espaço democrático - neste ano, pela primeira vez, aberto também aos nossos companheiros latino-americanos - construído pelos próprios educadores. Neste espaço, que se abre à livre expressão e circulação de idéias, que propicia o contacto e o intercâmbio inter-regional, buscam-se convergências e sintonias sem passar por cima do dissenso, gerando condições para que o debate educacional se enriqueça e penetre amplamente à sociedade brasileira.

Glaura Vasques

Pró-reitora de Pesquisa da UFMG

Representante da CBE



Estudantes foram a maioria entre os mais de mil presentes no debate

ANDES

Os professores universitários brasileiros representados pela ANDES e pelas Associações Docentes, reunidos em seu X Conselho Nacional, definiram seu posicionamento sobre a situação política nacional e o processo sucessório. Neste contexto deliberaram a realização deste debate.

A derrota imposta pelo regime e pelas forças conservadoras à população brasileira, unificada em torno da Campanha pelas Diretas Já, implicou na exclusão forçada das massas populares e dos segmentos organizados da sociedade civil do grande debate nacional que deveria dar conteúdo ao processo sucessório.

A ANDES e as Associações Docentes entendem que a transformação do próximo período governamental na tão esperada e necessária transição democrática só será possível se for garantido o espaço de organização autônoma da sociedade civil e dos movimentos populares. Entendem também que será vital o debate aberto entre os poderes constituídos e a representação legítima dos movimentos sociais sobre os graves problemas que afetam a vida da população brasileira. Por isto tomaram a iniciativa de propor este debate sobre a universidade brasileira ao candidato da Aliança Democrática.

As posições e propostas hoje defendidas pela ANDES e pelas Associações Docentes não resultaram de elaboração isolada ou individual mas são fruto de uma trajetória de luta e trabalho cotidianos de toda uma categoria. Trabalho que, apesar de relativamente recente, já demonstrou à nação ser árduo, maduro e responsável. Os professores universitários têm plena consciência de sua responsabilidade em apresentar à opinião pública e aos que advogam um regime democrático para o país, uma proposta para a Universidade Brasileira.

Não é, portanto, gratuito mas, ao contrário, resultado de um amplo processo de mobilização, debate e organização de mais de 60.000 professores em todos os estados do país, que a ANDES e as Associações Docentes tenham hoje uma posição de aguda crítica à política educacional do Governo. Política que nos últimos 20 anos marginalizou a Universidade do elenco de prioridades nacionais, desobrigou-se de sua sustentação financeira, estimulou a centralização autoritária dos processos decisórios e a teria levado, não fosse o movimento vigoroso de defesa gerada no seu próprio interior, ao descrédito e à asfixia.

Apesar de submetidos, pela insensibilidade governamental e pela ganância empresarial, a condições de trabalho aviltantes e incompatíveis com a sua dignidade profissional, os professores têm lutado e continuarão lutando em defesa da Universidade e pelo resgate da sua enorme potencialidade enquanto patrimônio cultural, científico e tecnológico que deve ser colocado a serviço da população brasileira.

O quadro caótico e deprimente hoje vivido pela educação superior no país foi demonstrado à opinião pública nacional pelas lutas recentes do professorado no setor particular, nas instituições fundacionais, nas universidades estaduais e, sem dúvida com mais contundência, pela recente greve das autarquias federais, a mais longa já realizada por uma categoria a nível nacional na história do país. O inequívoco e unânime apoio da comunidade científica, das entidades representativas da sociedade civil, dos representantes parlamentares e o reconhecimento pelos próprios reitores da justeza das reivindicações não foram entretanto suficientes para alterar a postura intransigente de um governo que afirma inexistirem recursos para manter a universidade mas se mostra pródigo em cobrir com os recursos públicos os escândalos fraudulentos do capital financeiro.

Essa a lamentável síntese de uma política exercitada com afinco: deixar à míngua a rede pública e estimular a ocupação dos espaços deliberadamente abertos ao processo de privatização do ensino. E esse o resultado: uma rede pública asfixiada financeiramente e uma hipertrofiada rede privada que abarca hoje 75% das matrículas do 3º grau e responde por apenas 5% da pesquisa e da atividade de pós-graduação. Onde, com raras e louváveis exceções, não há a mínima preocupação com a qualidade do ensino, e os professores, funcionários e estudantes estão submetidos ao exclusivo arbítrio de mentalidades patronais totalmente descompromissadas com a sociedade e os interesses nacionais.

Os professores não pretendem apresentar um modelo acabado de universidade, a ser implantado por decreto, mas definir os princípios básicos que devem nortear um processo de transformação da universidade articulado ao reordenamento democrático das instituições e à necessária definição de uma política de prioridades sociais para o país.

A universidade que queremos e pela qual lutamos deve ser pública, gratuita e democrática. Ela deve ser aberta a todos os que a procuram e por isso deverá estar interligada, em sua política, à rede pública de 1º e 2º graus. Deve ser custeada pelo estado mas ter autonomia científica, didático-pedagógica e de alocação de recursos. Deve ser democrática em sua estrutura de poder interno, elegendo de forma direta

seu Reitor e todos os seus dirigentes. Deve oferecer condições homogêneas de ensino e trabalho e ter flexibilidade acadêmico-administrativa que lhe permitam responder à diversidade das condições e exigências regionais.

O ensino público e gratuito é um direito de todos e um dever do estado. Este princípio básico deve traduzir-se institucionalmente, estar incorporado à constituição e prever mecanismos para sua viabilização material.

É fundamental superar a fragmentação institucional e de condições de trabalho que hoje caracteriza o ensino superior e pensar na rearticulação do sistema universitário como um todo. Por isso a ANDES e as ADS definiram desde junho de 1982 o padrão único de universidade como ponto central de uma estratégia de transição que parta da realidade atual em direção à universidade que as necessidades nacionais reclamam.

O padrão único exige a implementação de medidas que visem instaurar condições homogêneas para o desempenho da prática pedagógica e científica, tais como a carreira unificada para todo o magistério superior, isonomia salarial, estabilidade para ingresso na carreira do magistério, etc.

É fundamental também a definição de prioridades na construção daquela estratégia de transição.

É inadiável a reconstituição das condições de trabalho e expansão das vagas na rede pública dando imediata utilização social à capacidade física instalada das IES públicas que hoje apresenta elevado grau de ociosidade. Redimensionar cursos e vagas, expandir os cursos noturnos são maneiras de fazer retornar à população os resultados de um patrimônio por ela financiado.

É igualmente urgente a definição de uma política para a rede particular que objetive a transformação qualitativa das condições de trabalho e ensino através da implementação de uma carreira docente unificada nacionalmente e do financiamento público a projetos e programas específicos de pesquisa, capacitação docente e extensão de serviços nas condições previstas na proposta da ANDES.

Por fim é essencial a definição de uma política de pesquisa que considere a imperiosa necessidade de participação da comunidade científica, em caráter deliberativo, nos órgãos definidores da orientação superior das agências de fomento à pesquisa, conforme a proposta de reformulação dos estatutos do CNPq e da FINEP elaborada com ampla participação da comunidade científica e endossada pelas principais associações científicas e docentes do país. O descaso do atual governo pela ativida

de de pesquisa, considerada estratégica em qualquer país civilizado, pode ser constatado pela redução das dotações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a um terço do que era há cinco anos; pelo nível irrisório das bolsas de pós-graduação e a consequente perda e desestímulo de jovens talentos; pela dificuldade das instituições universitárias e de pesquisa em manterem atualizados os seus acervos de periódicos e livros científicos.

Para implantar uma política apoiada nessas linhas é necessária a imediata implementação e cumprimento da Emenda João Calmon em seu verdadeiro espírito que é o de compreender os recursos dedicados ao ensino não como despesa mas como investimento da mais alta importância e prioridade para uma Nação preocupada com seu desenvolvimento e independência científicos, culturais e tecnológicos.

É preciso que fique claro que a Universidade brasileira pode e quer cumprir seu papel e o seu compromisso com a população que a mantém e vive hoje a frustração de ver sua contribuição impedida pela política de um governo empenhado na desnacionalização da ciência, da cultura e da economia nacionais.

O problema da autonomia universitária, está, portanto, indissoluvelmente ligado ao processo de democratização interna da universidade e às transformações democráticas que se processam no corpo social que integra. A Comunidade Universitária deve, em relação prática e constante com a sociedade, definir os rumos a serem adotados pela instituição para a satisfação das demandas sociais que lhe cabe enfrentar. É para tanto necessário que os segmentos que compõem a universidade tenham condições de discutir e definir democraticamente os parâmetros do ensino, da pesquisa e da extensão. Na rede particular isso se traduz na necessidade de autonomia didático-científico e administrativa das universidades frente às mantenedoras.

Os docentes têm claro que estas propostas serão inócuas se não estiverem articuladas ao processo de democratização geral do país.

A Universidade enquanto atividade social específica é também espaço construtor da cidadania. Não haverá universidade democrática fora do contexto de instauração das liberdades civis, da garantia de exercício da cidadania por uma população inteira dela privada pela permanência das leis de exceção, do impedimento dos direitos elementares de manifestação e expressão, de greve, de independência sindical e organização partidária.

Sem tais condições não haverá como respaldar a necessária

mobilização e empenho nacionais na defesa desse importantíssimo patrimônio público que a desídia governamental permitiu chegar à beira do colapso. A reflexão conjunta entre professores, funcionários e estudantes e os setores sociais a que a universidade deve servir apontará políticas, prioridades e alternativas a um poder público que se espera não mais se coloque como tutor da sociedade mas como servidor e executor dos reclamos e demandas sociais.

Maria José Feres

Presidente da ANDES



Tancredo: "quero sempre poder olhar de frente os professores universitários"

Tancredo Neves

E com a maior alegria que me reúno, mais uma vez, com os educadores de meu País para trocarmos idéias sobre os graves problemas que se abatem sobre a educação brasileira, especialmente sobre a crise a que foi conduzida a nossa Universidade pública.

Recebo, com muita esperança, o documento da ANDES, que contém sugestões importantes de diretrizes para uma política Universitária no próximo governo, baseada essencialmente na democratização do ensino e na valorização do pessoal do magistério. Estou convencido da necessi-

dade de uma ampla participação da sociedade, especialmente de educadores e educandos, para empreendermos, com urgência e determinação, uma profunda ação renovadora no campo educacional.

Estamos diante da importante tarefa de resgatarmos a enorme dívida social que o Estado contraiu com a Nação brasileira, o que no campo educacional significa reconhecer que a Educação é direito de todos e dever do Estado. Esta tarefa exige uma política nacional de educação articulada com as demais políticas sociais e capaz de ajudar o povo brasileiro em sua luta pela emancipação econômica, social, política e cultural.

A educação é necessidade nacional prioritária porque dela dependem a formação do cidadão e sua preparação para o exercício das funções sociais básicas para a continuação de uma Nação mais justa, democrática, livre e soberana. Dela depende, pelo esforço da pesquisa científica, a superação da profunda dependência tecnológica a que foi conduzido o Brasil, meta indispensável à recuperação de uma verdadeira identidade nacional.

Devemos entender a educação como patrimônio da ciência e da cultura nacionais, instrumento fundamental da valorização do indivíduo e de criação de condições científicas, técnicas e políticas para a formação do cidadão, tornando-o capaz de participar da construção da história de uma nova sociedade brasileira.

Temos assistido, com profunda preocupação, ao longo de mais de uma década, ao progressivo declínio da importância da educação nas prioridades governamentais. O crescimento das matrículas do primeiro grau tem sido inferior ao crescimento populacional. Oito milhões de crianças de 7 a 14 anos continuam sem ter acesso à escola, embora a Constituição Nacional lhes assegure este direito e determine ao Estado a obrigação de prover ensino de 1º grau público e gratuito para todos.

A universidade brasileira passa hoje pela mais grave crise de sua história, em decorrência do sistemático corte dos recursos financeiros a ela canalizados, conduzindo-a a um estado lamentável de penúria, absolutamente incompatível com um projeto de Brasil livre e democrático. O mais grave é que as dotações orçamentárias das universidades públicas, autárquicas e fundacionais, para o ano vindouro são inferiores às verbas que lhes eram carreadas há quatro anos atrás. Este estado de coisas não deve e não pode continuar porque compromete seriamente a competência de nossa universidade pública e seus valiosos grupos de pesquisa, o que foi construído com grande esforço pela Nação brasileira.

É imperioso restituir à universidade suas condições de pleno funcionamento para que ela possa reassumir o destino que lhe cabe na educação nacional.

O achatamento dos orçamentos para o ensino e pesquisa, especialmente nas universidades autárquicas, vem se fazendo sobretudo às custas da compressão dos salários dos professores e dos funcionários técnico-administrativos, em prejuízo da atualização das bibliotecas e em detrimento da adequada manutenção dos laboratórios.

O estrangulamento das finanças da Universidade pública vem esvaziando seus quadros, rebaixando a qualidade do ensino e a produtividade da pesquisa.

O princípio da dedicação plena à instituição de ensino, defendido pelos docentes é requisito da maior relevância para os elevados padrões que deve perseguir a universidade, vem sendo sistematicamente violado pela política suicida de cortes de verbas. Dentre os docentes universitários, não são poucos os que vêm sendo obrigados a deixar sua instituição ou a estender sua jornada de trabalho, buscando outros empregos ou trabalho adicional, de modo a obter salários compatíveis com sua formação e condições de apropriado exercício profissional.

Os recursos financeiros insuficientes, a precária manutenção dos equipamentos e a falta de insumos de toda sorte estão paralisando a pesquisa e inviabilizando a geração de novas tecnologias, causando severos danos ao desenvolvimento científico brasileiro.

Nesse quadro, lesivo aos interesses nacionais, a universidade pública vem sobrevivendo graças ao denodado esforço de seus docentes e ao dedicado empenho de todos os seus servidores, conscientes da importância de seu zeloso trabalho para a educação brasileira e para o país.

É imprescindível promover uma substancial e efetiva modificação no quadro dos orçamentos da universidade pública brasileira. É indispensável alterar este quadro não apenas no discurso, mas fazê-lo de fato.

É inadiável destinar os recursos financeiros necessários para a adequada manutenção e ampliação das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de elaboração crítica e de ação social da universidade pública brasileira. Para isto, será elemento importante o cumprimento da letra e do espírito do artigo 4º do parágrafo 176 da constituição Nacional, alterado por emenda de autoria do Senador João Calmon.

Reconhecemos os precários padrões de remuneração dos docentes e demais servidores da universidade federal, notadamente das autárquicas. Reconhecemos igualmente as injustas discriminações salariais



Tancredo anuncia suas metas...



...ouvidas atentamente pelos professores...



... que depois colocam suas reivindicações



As AD's se reuniram no dia anterior...



para definir a divisão do tempo de fala...



que se limitou a 1 hora e 30 minutos

que na universidade federal hoje separam a autarquia da fundação.

Envidaremos o melhor de nossos esforços para recuperar a competitividade dos padrões de remuneração dos professores e dos funcionários da universidade federal. Nosso trabalho estará comprometido com a busca de um justo equilíbrio entre os níveis salariais de ambas as formas de organização da universidade federal, a autarquia e a fundação, resguardando-se, contudo, as conquistas trabalhistas obtidas nas instituições fundacionais.

É necessário que o compromisso político com a educação pública contenha uma firme determinação de valorização do pessoal docente, através de remuneração adequada, implantação da carreira do magistério, e maior qualificação dos professores através de programas de pós-graduação no País e no exterior.

Todos estes esforços em prol da universidade pública são um premente reclamo de nossos ideais de justiça social. São também imprescindíveis para que a universidade brasileira, tendo condições de reter, ampliar e aperfeiçoar a competência de seus quadros, e dispondo de meios para elevar a qualidade do conjunto de suas atividades, possa buscar a excelência que a sociedade lhe exige, situando-se à altura de seu papel como um dos pilares da nossa cultura e do desenvolvimento nacional.

Precisamos de uma universidade viva e atuante, reconhecida como centro intelectual, profissional e cultural, cuja produção acadêmica possa oferecer valiosa colaboração ao estudo da realidade brasileira e à busca de propostas de soluções alternativas. Para isto, é indispensável incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em nossas universidades públicas, ampliando seus recursos financeiros, diretamente pela elevação de seus orçamentos e indiretamente pelas transferências de verbas das agências federais de fomento como o CNPq, a FINEP e a CAPES.

O ensino superior no país é atualmente um mosaico dos mais diversos e variados tipos de instituições, no qual se destaca a universidade pública como centro de elaboração crítica e de difusão do saber. Embora minoritária no cenário das matrículas do ensino superior, a universidade pública é uma instituição a cuja defesa o Governo não pode se furtar.

A universidade brasileira, esta honrada instituição que pe nosa porém firmemente resistiu aos vendavais do obscurantismo e ao aviltamento de suas finanças, precisa ter restaurada sua dignidade, precisa ser reconstruída, pois assim o exige a Nação.

Apesar da legislação vigente fixar a universidade como a regra de organização do ensino superior, admitindo estabelecimentos isolados apenas como exceções (Lei 5.540/68), esta salutar diretriz não foi seguida no desenvolvimento deste nível de ensino. Floresceram as instituições isoladas e as faculdades privadas. A universidade pública, mormente a universidade federal, cresceu num ritmo demasiadamente lento.

O ensino superior público, que em 1962 representava 60% das matrículas, quinze anos depois já via seu espaço reduzido para menos de 30%. A expansão das oportunidades de estudo gratuito neste nível de ensino não acompanhou as legítimas aspirações de nossos jovens. Este padrão de crescimento vem negando a grandes contingentes de concluintes do 2º grau a satisfação de seus lídimos desejos de prosseguirem seus estudos no ensino superior público e gratuito.

Limitando a oferta de vagas, o vagaroso ritmo de expansão da universidade pública fez do ensino superior no Brasil uma educação de ricos, para os ricos. Mas a universidade pública deve ser da nação brasileira. Não pode ser um privilégio de alguns poucos que têm a fortuna de alcançá-la.

A Nação não pode mais suportar exames vestibulares elitistas que injustamente direcionam para o ensino privado os estudantes que por sua condição sócio-econômica hoje não logram acesso à universidade pública. O aperfeiçoamento dos processos de seleção e ingresso no ensino superior, a expansão das vagas na universidade pública e sua articulação com um 2º grau público e de alta qualidade são tarefas inadiáveis da educação nacional.

A Nação não pode mais conviver com um sistema educacional que recompensa os privilegiados e pune os desfavorecidos. O ensino de 1º e 2º graus não pode dispensar as contribuições que a universidade deve e precisa prover para sua melhoria e para sua reorientação no sentido de uma educação democrática.

É preciso voltarmos nossas vistas e nossos esforços para a reconstrução do ensino superior no país, tendo a universidade pública como fulcro de sua organização e ampliação.

Nesse processo de reconstrução, uma universidade federal efetivamente gratuita e integralmente mantida pelos poderes públicos será o cerne de nossos esforços no desenvolvimento do ensino superior. Para edificar uma educação democrática no país é condição fundamental promover a ampliação de vagas na universidade pública, especialmente na universidade federal, bem como assegurar a gratuidade do ensino que ela

oferece.

Na reconstrução do ensino superior no Brasil, os poderes públicos têm o insofismável dever de zelar pela manutenção de padrões mínimos de qualidade de ensino, incluindo-se nesta tarefa a fiscalização das instituições privadas. Compete ainda ao Governo, no que se refere aos estabelecimentos públicos ou privados, zelar pela separação de atribuições entre os órgãos decisórios aos quais cabe a gestão patrimonial e aqueles responsáveis pelo conjunto da vida acadêmica nos seus aspectos didáticos, administrativos e financeiros.

Na reconstrução do ensino superior no país, a universidade federal será colocada nos trilhos do seu progresso. Deverá facilitar o acesso aos jovens que nela desejam ingressar, assegurando as necessárias condições para que se firme na inarredável trincheira da defesa da qualidade acadêmica e profissional e aprofunde a promoção da pesquisa científica, tecnológica e artística necessária ao desenvolvimento nacional, à preservação da soberania do país e ao avanço de nossa cultura.

Recolocar a universidade federal na rota de seu progresso significa também renovar sua estrutura e seus processos decisórios. Esta renovação deverá pautar-se por diretrizes de gestão democrática na sua administração, de diálogo na definição dos seus rumos, de eficiência na execução de suas atividades, além de assegurar-lhe a indispensável autonomia que exige a natureza da instituição universitária.

É necessário renovar a estrutura da universidade pública, e em especial a da universidade federal, dotando-a de adequados canais de comunicação e de representação dos segmentos que a compõem e das diversas categorias sociais. É preciso revigorar os processos decisórios da nova universidade pública, que devem estar aptos a acolher os justos e legítimos anseios e reclamos de seus docentes, de seus estudantes, de seus funcionários e dos diversos setores da sociedade.

Democrática na sua estrutura e no seu modo de atuar, a nova universidade pública, dentro das normas de convivência acadêmica, permitirá no seu interior o exercício da cidadania, que é um dos esteios do debate crítico assentado no pluralismo e na diversidade, razão de ser da instituição universitária.

É inadiável modernizar a administração da universidade autárquica, libertando-a das rígidas e inoperantes normas que tolhem seu dinamismo. A nova universidade autárquica não precisará orientar seus esforços para frustrantes tentativas de romper as barreiras que a burocracia vem impondo ao seu pleno funcionamento. Esta nova universida-

de poderá concentrar o melhor de suas forças na tarefa de consolidar e ampliar seu campo próprio de atuação.

É indispensável assegurar à universidade pública, seja ela autarquia ou fundação, sua efetiva autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Autonomia que não a desvincule do Estado nem signifique a definição de seus objetivos e modos de atuação independentemente dos interesses sociais.

A autonomia acadêmica de nova universidade pública deverá propiciar o exercício responsável de suas atribuições na definição dos cursos, dos currículos e dos processos de seleção dos estudantes, sempre de modo articulado com o ambiente social no qual a instituição está inserida e resguardado seu dever de buscar a excelência profissional e acadêmica.

A autonomia administrativa da nova universidade pública deverá permitir que sejam adotadas formas mais eficientes de sua organização, ensejando a redução de seus custos e um melhor desempenho do conjunto da atividade universitária, inclusive e principalmente no que tange ao esforço de pesquisa.

A autonomia financeira da nova universidade pública deverá garantir as condições necessárias para a flexível e eficiente gestão dos seus recursos. Desfazendo as inadequadas restrições hoje existentes e sem subtrair a instituição universitária do controle de sua despesa pelos órgãos públicos pertinentes, sua efetiva autonomia financeira será uma poderosa alavanca a movê-la rumo a seu caminho.

A nova universidade pública, elemento de relevo na reconstrução do ensino superior brasileiro, terá ampla e ativa participação nos processos e nas decisões que fixam as prioridades das pesquisas necessárias ao país.

Para a reconstrução do ensino superior brasileiro, os princípios democráticos que têm orientado minha vida de homem público convocam toda a nação para um grande debate sobre a educação no país. Neste debate, incluem-se todos os segmentos da sociedade, instituições e organizações sociais, culturais, científicas e políticas voltadas para a formulação de uma verdadeira política nacional de educação. Neste debate, compreendida toda a nação brasileira, serão reconhecidas as entidades representativas dos docentes, dos servidores e dos estudantes.

Uma política nacional de educação que será contemporânea da sociedade em que vivemos não poderá ser decisão unilateral de um Governo, mas deverá ser fruto de um grande esforço democrático e participativo, permitindo que um amplo entendimento sobre os graves problemas da

educação universitária alcance a consciência nacional.

Tenho certeza que a mobilização nacional que se fará para uma Assembléia Constituinte em 1986 oferecerá instrumentos políticos, jurídicos e institucionais modernos, necessários à reconquista da educação como veículo de avanço social e como fio condutor de formação da nacionalidade.

Muito Obrigado.

Debates

MARIA JOSÉ: Vamos pedir agora objetividade na nossa programação. Nós teremos algumas intervenções de três minutos, no máximo, das Associações de Docentes. Como já foi dito, estão presentes aqui vinte e duas delegações de Associações de Docentes do país todo. Ontem foi definido que nós faríamos oito intervenções. Dada à exiguidade do tempo e dado o compromisso do Dr. Tancredo Neves, dentro de aproximadamente meia hora, a mesa vai assumir o seguinte comportamento: primeiro falarão as autarquias federais com duas intervenções, depois as particulares, com duas intervenções, depois as fundações com duas intervenções. Dependendo do tempo e o Dr. Tancredo Neves se dispondo a permanecer aqui por mais algum tempo, outras duas autarquias federais, no final, poderão, então, se pronunciar. (vaias).

A dinâmica é a seguinte: É um debate promovido pela ANDES e pelas Associações de Docentes. Algumas Associações de Docentes já estão escaladas para fazer um pronunciamento e perguntas ao candidato, e essas intervenções deverão durar, no máximo, três minutos. Seguindo a ordem das autarquias federais, vai falar, em primeiro lugar, o presidente da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, Prof. Luiz Pompeu de Campos.

POMPEU: Nós, durante noventa dias, estivemos numa greve e numa luta contra a intransigência do atual governo, em defesa da Universidade e em defesa das condições de trabalho. Tive, particularmente, a oportunidade de estar em contato com o Senhor, ainda governador do nosso Estado, e nessa oportunidade mostramos, com dados, a atual situação que vivemos com relação à verba de custeio da Universidade e com relação aos salários dos professores e dos funcionários técnico-administrativos das autarquias.

Nessa oportunidade, solicitamos ajuda do Senhor e de outros setores da sociedade civil, e, de certa forma, encontramos apoio. Nessas conversas me lembro muito bem que o senhor me disse que seria difícil uma ajuda mais profunda por não ter nas mãos o poder do Estado, por não ter nas mãos a decisão com relação à distribuição de verbas para as Universidades autárquicas. É uma colocação que nós, docentes, gostaríamos de fazer é a seguinte: Nós vivemos, hoje, com um salário que chega a ser um terço do salário que tínhamos em 1970. Na década de 80, principalmente, nossos salários foram aviltados profundamente, as verbas para a Universidade foram reduzidas, e hoje temos uma geração,

dentro das universidades autárquicas, de estudantes com péssimas condições de ensino, laboratórios precários e professores sem possibilidade de se atualizarem por falta mesmo de dinheiro para adquirir livros ou para conseguir seus cursos de aperfeiçoamento.

Portanto, a Universidade precisa hoje de uma solução emergencial, no nosso entender esta solução não vai ser dada pelo atual governo. Nós perguntamos o que o senhor teria, concretamente, como solução emergencial para a situação de salário dos professores e funcionários e para a situação de verbas para a Universidade ainda no início de 1985. (aplausos).

MARIA JOSÉ: Seguindo a orientação do debate, as perguntas serão feitas por bloco. Eu chamo o presidente da Associação dos Docentes da UFRJ, professor Joel Teodósio e em seguida o Dr. Tancredo responderá as duas. (aplausos).

JOEL: Dr. Tancredo Neves, com muita satisfação que ouvimos seu discurso com a explicitação clara da realidade do ensino superior do nosso país, particularmente da Universidade pública.

Uma questão nos chama a atenção: é a questão da nossa responsabilidade social, mas responsabilidade social com autonomia, ligada a uma verdadeira democratização das universidades. As universidades não poderão ser responsáveis se não têm autonomia. Não basta a universidade ter a responsabilidade se não tem autonomia financeira para gerir seus recursos. Mas tudo isso deve ser feito sem acordos sigilosos e internos nas universidade (aplausos). Impõe-se a institucionalização de uma prática social que mostrou ser profícua, que já demonstrou ser correta, que já demonstrou ser exaltada nas universidades, que é a eleição direta de todos os dirigentes das universidades, de chefe de departamento a reitor, feita por todos os segmentos que compõem a universidade (aplausos).

Esta questão deve ser institucionalizada com o apoio do seu governo de transição democrática aos projetos de lei neste sentido que hoje existem no Congresso Nacional.

Por outro lado, a questão que se coloca é a proposta de governo no que se refere a decisões que levem a uma verdadeira autonomia. Caso, por exemplo, da modificação da composição do Conselho Federal de Educação, com base no que a própria lei diz: ser declaradamente composto de pessoas representativas do setor público e gratuito da Educação no país, e não de agentes privados da Educação (aplausos).

Um ponto também com relação ao Conselho Federal de Educação, é a abundância de suas funções. Este Conselho legisla mais do que o Parlamento em nosso país. Qualquer portaria vira lei.

Por outro lado, gostaria de saber quais os programas básicos e imediatos para a expansão da rede pública gratuita de 3º grau que serão adotados no início de seu governo (aplausos).

TANCREDO NEVES: Bem, o nosso primeiro dileto conterrâneo, porque nós somos até da mesma cidade, São João Del Rey, Prof. Pompeu, colocou aqui de maneira muito clara o problema de uma solução emergencial para assegurar a sobrevivência da Universidade e não apenas de sua parte técnica, mas também das condições de dignidade funcional reclamada pelo status dos seus docentes.

Eu vou receber o governo no dia 15 de março, se for eleito. Vou encontrar um orçamento votado, um orçamento mais do que votado, já em execução. Sem conhecer a situação financeira do Tesouro e sem promover no orçamento aquelas modificações necessárias quanto a remanejamento, melhor utilização dos recursos ou verbas específicas, seria realmente muita leviandade assegurar neste momento que eu posso fazer isso ou aquilo.

Mas acho que o problema é realmente grave e urgente, e tão logo nós possamos instalar o nosso governo as entidades de classe serão convocadas para um diálogo e um debate amplo em que o governo vai colocar as suas dificuldades e receber realmente das entidades de classe a melhor solução para o atendimento ao deferimento dessa justa reivindicação aqui colocada pelo Professor Pompeu de Campos.

Com relação à pergunta do professor Joel Teodósio, ela se divide realmente em duas seções: a primeira é a eleição dos reitores e diretores das diversas universidades públicas e autárquicas. Eu posso acrescentar o seguinte: o provimento das reitorias e das diretorias é hoje uma regulamentação legal. Nós temos primeiro que obter a revogação dessa legislação vigente.

Eu não teria, da parte do executivo, a menor dificuldade no atendimento à reivindicação aqui colocada, mas nós vamos depender do poder legislativo. Eu não tenho nenhuma dúvida que uma casa eminentemente política como é o poder legislativo brasileiro não deixará também de ser sensível a esta postulação. Nós vamos, na ocasião, ter que enfrentar o problema dentro das normas da rotina da tramitação legislativa em nosso país. Serão realmente feitos os trabalhos junto às lideranças, junto às diversas bancadas visando o debate e o atendimento da postulação.

Com relação ao problema da composição do Conselho Federal de Educação, nós vamos enfrentar o mesmo problema. Mas foi colocada aqui, realmente, uma proposição que me parece extremamente digna de ser

acolhida. É que o Conselho Federal de Educação deva ser realmente provi do por aquelas pessoas capazes, de idoneidade técnica, intelectual e pessoal, ligadas ao setor da Educação pública e não de elementos liga - dos à Educação privada, por maior que sejam a sua competência e o seu valor. Eu tenho para esta proposição a maior simpatia (aplausos).

MARIA JOSÉ: Vamos passar agora ao setor da rede particular de ensino. Eu chamo para fazer a pergunta o representante da PUC do Rio de Janeiro, Professor Moisés (aplausos).

MOISÉS: Não há Universidade digna desse nome sem uma forte componente, que é a atividade de pesquisa, da qual depende também diretamente a qualidade do ensino. A rede particular compreende 75% dos alu nos, 50% dos docentes, mas é responsável por menos de 5% das pesquisas realizadas no Brasil. A quase totalidade vem da rede pública.

Entre mais de 800 estabelecimentos de ensino superior particulares, apenas cerca de 1% se envolve em atividades de pesquisa que são, aliás, totalmente mantidas por verbas públicas, como acontece em todos os países desenvolvidos. Uma fração mínima dos docentes trabalha em regime de dedicação plena, indispensável para a pesquisa. Esta é a realidade do ensino superior na rede particular, desmistificando a campanha pela privatização com base na pretensa superioridade gerencial da Escola particular.

A economia se reflete na péssima qualidade do produto dela resultante. A educação de qualidade é cara, se justifica plenamente como investimento em capital humano.

O financiamento da pesquisa, da participação docente na extensão, inclusive nas pouquíssimas universidades particulares dignas deste nome é, portanto, uma missão do Estado, subentendendo-se que deve estar sempre sujeito ao controle público e constitui um dos mais importantes e rentáveis investimentos a longo prazo no futuro do país.

Nos últimos anos, o Estado vem se desobrigando desta mis - são, tendo levado à beira do colapso, juntamente com a Universidade, to do o estabelecimento científico e tecnológico nela inserçado, um dos mais preciosos patrimônios da nação, resultante de meio século de esfor ços.

Os pesquisadores brasileiros não têm qualquer participação direta nas decisões cruciais sobre a política científica e tecnológica, inteiramente centralizados nas mãos de uma cúpula de tecnocratas, (aplau sos) o que tem levado a desastres como o programa nuclear, (aplausos) além da desnacionalização da nossa indústria. Gostaria de conhecer a posição do Dr. Tancredo Neves com respeito a esses problemas e as pro -

postas concretas a formular sobre:

1º) política com relação à rede particular de ensino superior;
2º) a aprovação da proposta apresentada pela comunidade científica mudando os estatutos da CNPq e da FINEP, visando a participação direta da comunidade nas decisões sobre ciência e tecnologia;
3º) Reestabelecimento e ampliação do orçamento para pesquisa, que já foi reduzido nos últimos 5 anos à terça parte do seu valor (aplausos).

MARIA JOSÉ: Eu chamo agora o presidente da Associação dos docentes da Universidade de Santa Úrsula, professor Gil Fernando Ribeiro Goes (aplausos).

GIL FERNANDO: Eu sou professor da Universidade de Santa Úrsula, que é uma instituição particular. Então estou neste momento representando aqui os docentes da rede particular do ensino brasileiro. Isso significa 50% dos docentes. Atendemos a 75% dos estudantes da universidade brasileira. Cabe registrar ainda que apenas 5% desses professores estão em regime de dedicação parcial ou plena. Os 95% restantes são horistas, sem meios ou incentivos à pesquisa ou à capacitação, não podendo, portanto, assistir inteiramente ao aluno.

Além disto, somos obrigados a trabalhar em vários locais, para ter um salário que atenda a nossas necessidades mais elementares, sem condições de exercer com dignidade a nossa profissão. O recente episódio do veto à Emenda Marchezan, que assegurava o multiplicador de 162 horas para o cálculo do reajuste de salários para professores horistas, dá uma clara definição do descaso com que nossas questões são tratadas pelo atual governo.

Neste quadro, o aluno supostamente preparado pelos cursos das instituições não traduz a realidade, pois ele tem apenas um diploma sem que saia minimamente preparado. Desta forma, a constituição de um padrão único de universidade, e esta é uma posição defendida pelo movimento docente, passa na rede particular, dando a necessária valorização ao professor. Para isso necessitamos a um só tempo:

- Políticas salariais justas para os professores (aliás, defendemos para toda a classe trabalhadora);
- Estabelecimento de um plano de carreira docente unificado para o setor;
- Uma política de incentivo à capacitação docente;
- Implantação progressiva do regime a tempo contínuo, com a consequente limitação do regime hora-aula à situação de excepcionalidade.

A implantação dessas políticas para a atividade do ensino

superior particular, entendida por nós como uma concessão de serviço público, depende de uma reexaminação legal do Estado. Essa ação reguladora é considerada reivindicação do movimento docente do setor. E o padrão único de universidade defendido pela ANDES, redefinindo o estatuto das instituições particulares do ensino superior.

São essas as considerações das entidades particulares, para as quais necessitam seu pronunciamento e posicionamento. Obrigado. (aplausos).

TANCREDO NEVES: O professor Moisés e o professor Gil propõem realmente uma questão que é comum às duas interpelações: a 1ª sobre a posição do governo em face da universidade particular, da universidade privada, ou da faculdade particular. Devo dizer o seguinte: a prioridade do governo é sem dúvida para com a Universidade Federal autárquica ou realmente a tradicional. E isso pelas razões óbvias, quer dizer, é o ensino tradicionalmente mantido pelos corpos públicos, com o aspecto realmente saliente aqui colocado pelo professsor Moisés de que a Universidade Federal é aquela responsável por alguns aspectos muito importantes da evolução da cultura, da técnica e da essência brasileira, que é realmente a pesquisa. Ela tem praticamente todo o monopólio da pesquisa no Brasil.

Não quero dizer, porém, com isso, que o governo vai ser inimigo, vai ser hostil, vai ser adversário da universidade particular. Ele seria realmente realista se se propusesse a esse programa. A universidade particular tem hoje, pelo que verificamos, quase 65% das vagas universitárias e os seus docentes são mais de 50% dos docentes de todo o país. Ora, um país que tem as notórias dificuldades decorrentes das limitações do seu sub-desenvolvimento econômico não pode e não deve, de maneira nenhuma, prescindir dessa colaboração que é realmente inestimável.

Acho que as reivindicações colocadas aqui são todas válidas, são todas procedentes, e é apenas um problema de compatibilizar a escassez de recursos financeiros com que conta a União para atender a este quadro imenso que aqui foi colocado, das justas reivindicações do ensino particular.

MARIA JOSÉ: Vamos chamar agora os representantes do setor fundacional, das universidades federais organizadas em forma de fundação. A representante da Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas, professora Maria das Graças de Carvalho Barreto.

MARIA DAS GRAÇAS: A pergunta vai se referir à questão da

estrutura de governo e as consequências desta estrutura. Considerando que os reitores das fundações já foram na sua maioria nomeados por um período de 4 anos; observando que esses reitores nomeados não são compatíveis com o que foi expressado por várias universidades na tentativa de exercer um processo de seleção democrática.

E considerando também que alguns dos reitores já têm claras atitudes anti-democráticas, repressivas e até suspeitosas, como é o caso do Amazonas, por exemplo, envolvido na questão de aplicação de 657 milhões no "over", em conta particular, tendo rendimento em uma noite de dois milhões de cruzeiros, como está aqui na Folha de São Paulo de ontem.

Considerando também a atitude repressiva feita pelo reitor da universidade de Rondônia, com a demissão sumária de 9 professores, eu pergunto: Quais as medidas que vão ser tomadas no sentido de suprimir essas condutas, evidentemente contrárias às suas próprias declarações e garantir o processo de eleição direta para os dirigentes da universidade (aplausos).

MARIA JOSÉ: Chamo agora o professor Sadi, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (aplausos e vaias).

SADI: Senhor candidato, ainda restam para ser nomeados, entre as fundações, cerca de 5 reitores. Isso constituirá um sistema que deverá se prolongar pelo próximo mandato da Presidência da República. Esses reitores estão sendo nomeados com base na atual legislação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de levantar uma questão à respeito dos reitores que ainda não foram nomeados, como por exemplo, o reitor da Universidade de Brasília. Como se posicionará Vossa Excelência diante dessas nomeações, destes cargos de confiança? Qual a posição de Vossa Excelência, no tocante aos conselhos diretores das fundações para cuja nomeação não existe qualquer participação da comunidade universitária, da comunidade acadêmica? (aplausos).

Enfim, senhor candidato, eu gostaria de levantar, apesar de já ter sido respondida em parte por Vossa Excelência, os problemas salariais dos professores autárquicos, cujo padrão histórico de salário Foi violentamente achatado pelas últimas reduções salariais. Nós gostaríamos de saber, senhor candidato, se realmente podemos contar com a recuperação daquele padrão histórico de nossos salários. Muito obrigado (aplausos).

TANCREDO NEVES: A professora Maria das Graças, do Amazonas, centrou a sua interpelação no que diz respeito à conduta irregular de reitores. Nós não podemos fugir das normas legais, porque se nós fugi

mos da legalidade, nós estaremos ferindo aquilo que a democracia tem de essencial. Se a lei é má, nós devemos revogá-la, mas até que ela seja revogada, ela tem que ser respeitada.

Diante de casos de administrações ilícitas, como o que foi narrado, só há uma solução dentro da lei: são os inquéritos administrativos para que realmente os responsáveis por esses ilícitos sofram as sanções legais. Não há como afastar titulares de mandato por atos administrativos do poder público. Eles têm realmente garantias, têm direitos, e esses direitos estão também disciplinados nas suas restrições dentro da legislação vigente.

No caso em que haja ilícitos gritantes como este da Universidade do Amazonas é solicitada à autoridade competente a abertura do inquérito. Comprovadas as irregularidades, aí há base legal para o afastamento do reitor ou do diretor ou administrador, qualquer que seja o setor submetido à sua responsabilidade. Dessa maneira, nós pretendemos agir e não temos outra maneira, na hipótese de chegarmos à Presidência da República, para conseguir orientar o nosso trabalho.

O nosso eminente professor Sadi coloca o problema de reitorias vagas. Eu não acredito que vá ficar nenhuma reitoria vaga para eu poder prover (risos). O problema tem apenas valor hipotético, tem apenas valor teórico, mas aquelas diretorias, aquelas reitorias que eu encontrar vagas eu procurarei provê-las num entendimento democrático e participativo, com as congregações, os corpos docentes e discentes das universidades que tenham diretores ou reitores à serem providos. Porque seguir a norma da legislação vigente seria realmente afastar totalmente a participação dos órgãos mais interessados na escolha desses reitores, na sua indicação, o que seria realmente uma negação de tudo quanto eu disse aqui, na minha palestra e nos compromissos que assumi com a Universidade.

Fala, por último, o nosso professor Sadi no que diz respeito à remuneração dos professores das universidades autárquicas que sofreram uma redução que ele considera realmente mutilante nos seus vencimentos. Sem conhecer a situação real neste particular, e sem conhecer as reivindicações prioritárias da universidade, dos encargos públicos para com o setor do ensino, seria muita leviandade da minha parte assumir aqui um compromisso que amanhã eu possa me ver na contingência de não poder honrar e eu quero sempre poder olhar de frente os professores universitários do meu país (aplausos e vaias).

MARIA JOSÉ: Nos estamos praticamente no limite do tempo ,

mas ontem ficou a cargo da Diretoria da ANDES formular uma questão sobre o setor estadual. Chamamos aqui o Professor Carlos Martins, que é também professor da Universidade de São Paulo, para que formule esta questão rapidamente (estudantes pedem a palavra para a UNE).

CARLOS MARTINS: Represento aqui o setor das universidades estaduais. Esta denominação, aparentemente homogênea, na verdade apresenta gravidade extremamente complicada, compreendendo desde universidades estaduais autárquicas até escolas isoladas de âmbito municipal e de perfil fundacional. Há duas imagens que aparecem imediatamente quando se fala em estaduais: a 1ª talvez vinculada à força e ao prestígio das universidades estaduais paulistas, a de centros de excelência, enquanto que a realidade como já disse é de enorme diversidade nas condições de trabalho e de produção do setor.

A 2ª imagem é do Conselho de Reforma Estadual e municipal. As reivindicações e os problemas dos docentes, estudantes e funcionários dessas universidades têm que ser resolvidas e enfrentadas a nível estadual e municipal.

No entanto, na sua luta, eles têm verificado que as questões, talvez as duas questões que fundamentalmente se colocam, a saber, a necessidade imperiosa de mais verbas e a necessidade também imperiosa de democratização de seus procedimentos internos, têm condicionantes que são efetivamente de ordem federal. No 1º caso, em função de uma política tributária que asfixia financeiramente estados e municípios. No 2º caso, em função de uma legislação de verba que diminui extremamente a possibilidade de uma participação mais ativa e efetiva dos segmentos universitários. Eu me refiro aqui, muito particularmente, à legislação que evita a participação do corpo estudantil nos órgãos colegiados.

A questão colocada, portanto, é como Vossa Senhoria veria, no ponto de vista do seu governo, éstas questões.

TANCREDO NEVES: O problema das universidades estaduais e municipais é realmente da maior complexidade. São centenas as universidades estaduais e municipais, criadas assim pelo idealismo, pelo desejo de dotar muitas vezes os municípios ou uma região de um conjunto de estabelecimentos de ensino superior, sem muita consideração pelas condições financeiras inevitáveis para manutenção desses estabelecimentos de ensino.

Entre as faculdades estaduais e municipais há muitas que oferecem realmente excelentes condições de funcionamento, não só pelo ensino que ministram, como também pela alta qualidade dos seus professores. Em algumas outras, precisamos realmente de uma severa fiscaliza-

ção para compatibilizá-las com a alta finalidade que a universidade tem no Brasil.

Acho que é um problema da maior complexidade. Devemos examiná-lo, realmente, com espírito público e tanto quanto comporte as possibilidades de recursos financeiros, ir ao encontro das suas deficiências para dotá-las de instrumentos adequados ao atendimento dos seus objetivos.

Nós somos uma nação pobre, uma nação pobre e individada . Endividada externa e internamente. Devemos 100 bilhões de dólares que custam anualmente, só de juros, perto de 14 bilhões de dólares. E temos uma dívida interna de 100 trilhões de cruzeiros, que se realmente não for contida e não for realmente cortada na sua expansão, nós não vamos ficar apenas sem qualquer investimento no desenvolvimento econômico do país; nós poderemos pôr em risco a própria estabilidade do conjunto dos estabelecimentos de ensino superior secundário e até primário do país .

Nós temos, por conseguinte, esta limitação, que é uma limitação que foge a toda e qualquer aspiração a mais nobre , à todo e qualquer desejo, à todo e qualquer anseio mais patriótico dos governantes. É tentando compatibilizar as aspirações com as carências de recurso que temos que enfrentá-la.

E isto, sem dúvida, não quer dizer que a educação perca o seu caráter prioritário na aplicação dos recursos federais. Já realizamos neste país obras das mais megalônicas, as mais imensas e as mais babilônicas, e agora realmente chegou a hora de cuidar mais do homem na sua formação moral e intelectual e até na sua formação religiosa. E este será realmente um dos objetivos do meu governo. Muito obrigado. (aplausos e vaias).

MARIA JOSÉ: Apasar de já ter passado 10 minutos do tempo previsto para o debate, e o Dr. Tancredo Neves ter outro compromisso, a sua assessoria acabou de autorizar que se abra uma intervenção de 2 ou 3 minutos no máximo à União Nacional dos Estudantes. (aplausos)

RENILDO CALHEIROS (Pres.da UNE): O problema da crise da Universidade brasileira é por demais conhecida por todos que participam e que formam a comunidade universitária de nosso país, e por todo o povo brasileiro . A universidade federal se encontra completamente falida, e se não forem devolvidas, no mais curto espaço de tempo possível, as nossas verbas, a universidade brasileira, a universidade pública se encontrará impossibilitada de continuar funcionando, mesmo nas precárias condições de ensino em que ela está no atual momento.

Nas universidades particulares, o caso é ainda mais grave. Segundo levantamento que foi feito pela União Nacional dos Estudantes no ano de 1984, aproximadamente 260 mil universitários das escolas particulares abandonaram os bancos das suas universidades em 1984, por não poderem acompanhar as altas mensalidades que são cobradas nestas instituições de ensino. Há menos de 15 dias, o Conselho Federal de Educação estipulou o índice de aumento das mensalidades que serão cobrados no próximo semestre, que é de 72,8%, o maior índice de aumento já cobrado em toda a história da instituição particular de ensino.

Nós gostaríamos de saber o que o candidato da Aliança Democrática, Dr. Tancredo Neves, tem a dizer aos estudantes das escolas particulares, que terão que abandonar seus cursos no caso desse aumento de 72,8% vigorar no próximo semestre.

O que nós queremos dizer é que esperamos do governo do Dr. Tancredo Neves, que medidas de emergências sejam tomadas no sentido de se inibir a evasão escolar nas escolas particulares, pois as altas mensalidades cobradas nestas instituições de ensino irão afastar algumas centenas de milhares de colegas nossos, que por não poderem pagar as altas mensalidades que são cobradas, ficarão impossibilitados de continuar estudando nessas instituições particulares.

E por último, é que nós gostaríamos que todos os órgãos de direção das universidades brasileiras fossem ocupados por dirigentes universitários escolhidos democraticamente pela comunidade universitária e que também tivéssemos reconhecidas e legalizadas todas as entidades representativas da comunidade universitária (aplausos) como a gloriosa União Nacional dos Estudantes, entidade que é legítima e representativa dos estudantes brasileiros, mas que os representantes desses 20 anos de repressão, desses 20 anos de arbítrio e autoritarismo insistem em não reconhecer e não legalizar. (aplausos)

TANCREDO NEVES: O nosso presidente da UNE coloca aqui um problema realmente calamitoso, que é do abandono dos bancos escolares das universidades privadas por aqueles alunos carentes de recursos, que se veêm realmente impossibilitados de fazer face aos preços das anuidades. No curso da minha palestra, eu deixei bem claro que o ideal seria realmente o ensino superior gratuito para todos aqueles que estão em condições de prosseguir nos seus estudos, e, dessa maneira, se prepararem para uma atividade profissional ou cultural, ou científica ou artística.

O problema é realmente grave, porque cada vez mais se eli-

tiza o ensino no Brasil. Na medida que se elitiza o ensino no Brasil , ele perde todo o seu caráter democrático. Nós passamos a ter uma universidade de ricos e para os ricos e marginalização quase que implacável e imperiosa dos estudantes de classe média ou filhos de operários, que sofrem não na competição intelectual, mas sofrem na competição dos recursos financeiros.

Nós temos que examinar esse problema em todos os aspectos, talvez ampliar o sistema de bolsas de estudos, talvez criar realmente outros sistemas , outros processos, outros canais que possiblitem a todos aqueles que estão em condições de frequentar a universidade, que não sejam nunca afastados delas por motivos financeiros. Eu considero isso realmente uma mutilação na consciência democrática do país, e até mesmo do que o país possui de mais significativo na sua substância intelectual e na sua substância moral.

Com relação ao problema da UNE, que é o problema do seu reconhecimento, se não me trai a memória, e se estou equivocado eu pedirei ao presidente da UNE que me retificasse, o processo de reconhecimento da UNE está sub-judice, está entregue ao poder judiciário(exatamente). Entregue ao poder judiciário como se encontra nós teremos que aguardar realmente esta decisão do poder judiciário para depois tomarmos as providências adequadas, a menos que se encontre uma outra forma que me pareça realmente viável ou que possa ser realmente conduzida por via administrativa ou por via política, sem a diminuição, sem o desapreço e sem o desacato ao poder judiciário do país. (vaias e aplausos).

MARIA JOSÉ: A ANDES e as associações dos docentes agradecem ao Dr. Tancredo Neves por ter aceito participar deste debate e esperam que nenhuma reformulação da universidade seja efetivada sem uma participação realmente ativa da comunidade universitária (aplausos e vaias).